

Educação básica perde verbas



Benjamin Ribeiro da Silva
Presidente do SIEESP – Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo

Cabe à educação a tarefa de acabar com as desigualdades sociais brasileiras. Nesse campo, temos uma árdua tarefa, pois ainda permanecemos nos últimos lugares das estatísticas mundiais na área educacional. E podemos citar como exemplos vários países, como a China, a Coreia e a Finlândia, que conseguiram sustentar e alavancar seu desenvolvimento graças aos altos investimentos feitos em educação.

Os chineses voltam seu olhar agora para a educação infantil e já direcionam seus investimentos educacionais dos próximos dez anos para esse setor. Eles entendem que a educação infantil é a base de tudo, pois é nessa fase que se inicia o desenvolvimento humano e, por consequência, o desenvolvimento do país. E o mais importante: a China acredita realmente no poder da educação.

Enquanto isso, aqui no Brasil, apesar de os ensinos fundamental e médio representarem grandes gargalos educacionais, com baixos indicadores de qualidade e também de acesso, a proporção do orçamento da área reservada para a educação básica diminui ao longo dos anos do governo Dilma Rousseff. Os gastos com educação profissional e ensino

©The_Pixel/Stockphoto

superior avançaram no período, segundo análise do orçamento por função. No primeiro ano do governo, em 2011, as transferências para a educação básica, ou seja, gastos dos convênios com estados e municípios, representavam 23% do orçamento autorizado da educação. No ano passado, o percentual passou a 15%. Os dados são da plataforma Mosaico, organizada pela FGV-DAPP.

Os números são preocupantes, pois o Plano Nacional de Educação (PNE), já aprovado, impõe entre as metas a serem alcançadas a colaboração da União nos gastos. Hoje, estados e municípios arcam com os maiores gastos da educação básica. Verifica-se uma grande contradição entre o discurso governamental e a execução orçamentária.

E a situação pode piorar. Os recursos para a educação podem minguar com a queda dos preços do petróleo no mercado internacional, pois, além de afetar os investimentos e a dívida da Petrobras, deve haver efeitos sobre os recursos destinados à educação brasileira. A proposta orçamentária estima receitas de R\$ 6,9 bilhões do Fundo Social para a área educacional este ano, com base no barril do petróleo a US\$ 86 e no dólar a R\$ 2,57. Mas, com a redução do preço do óleo, a tendência é de que essa arrecadação caia. O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, disse ao jornal *O Globo* que, se na média do ano o preço do barril ficar perto de US\$ 55, e o dólar, em R\$ 2,80, deve haver uma redução de 35% a 40% na arrecadação dos *royalties* sobre a produção do petróleo este ano.

O Ministério do Planejamento aguarda previsões atualizadas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para estimar a arrecadação ao Fundo Social do petróleo, mas informa que, caso haja necessidade, o governo buscará novas fontes para suprir a previsão orçamentária.

Como se vê, a crise já afeta o setor educacional público e, mais uma vez, a educação básica é deixada de lado em detrimento das duas bandeiras do governo Dilma Rousseff: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Não que esses setores da educação não sejam importantes, mas a educação básica não pode ser deixada de lado. ■

benjamin@einstein24h.com.br